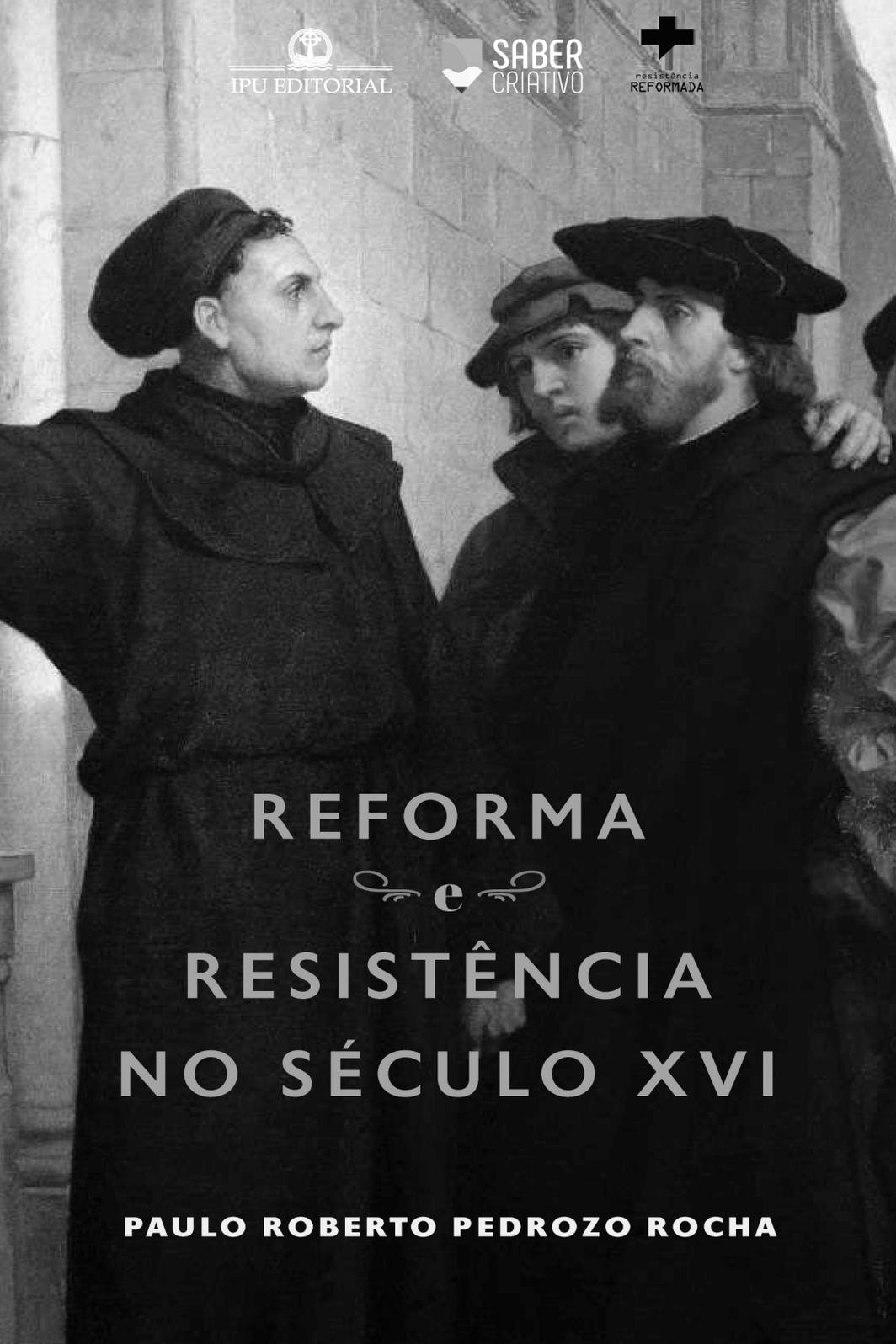




**cada leitura,
uma experiência**





REFORMA
e
RESISTÊNCIA
NO SÉCULO XVI

PAULO ROBERTO PEDROZO ROCHA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
O Direito de Resistência e o Ideário Político	
Protestante: Lutero, Zwínglio e Müntzer	17
Ulrico Zwínglio	19
Thomas Müntzer: resistência é revolução?	26
Lutero: a vez e a voz dos príncipes.	34
Sobre <i>A Origem Divina do Mal</i>	45
A Resistência em dois Sistemas:	
Théodore de Bèze e João Calvino	67
O Direito dos Magistrados e a	
Instituição da Religião Cristã	67
A Doutrina Calvinista da Providência de Deus	79
Sobre o direito de resistir: a teoria de Bèze.	95
Da Providência à Luta	108
A Teoria da Resistência e seu Legado	129
A Literatura dos Monarcômacos	129
CONCLUSÃO	147
BIBLIOGRAFIA	163

INTRODUÇÃO

A HISTÓRIA DAS DUAS ESPADAS

Escrever a história política da Reforma Protestante não é uma tarefa inteiramente nova. A este desafio diversos historiadores, de dentro e de fora da Igreja, têm se lançado e despendido grande soma de esforços. Assim, como os grandes movimentos que marcaram a história, a Reforma Protestante é passível de diversas interpretações e suscita posicionamentos múltiplos.

Contudo, o que se encontra mais comumente é a visão teológica da Reforma. Quando historiadores protestantes ou católicos se colocam na função de revisitar os principais eventos que distinguiram a Reforma, o olhar teológico é quase inevitável. Desta forma, se tornam eles ora apologistas, ora acusadores do movimento do século XVI. A teologia é um dos ingredientes mais importantes de uma certa leitura da Reforma.

Há, no entanto, um problema a ser enfrentado logo de início. No interior do pensamento teológico, mais precisamente no que diz respeito à história da Igreja, o olhar do historiador é voltado para uma direção que aponta para uma história que ainda

está inconclusa. É como no célebre exemplo do fio condutor da história usado por Agostinho, segundo o qual ela tem um início na criação, alcança um ponto alto na encarnação do Filho de Deus (advento de Jesus Cristo) e caminha para sua coroação com os acontecimentos escatológicos, que é a instalação definitiva do Reino de Deus.

É o fim (*télos*) que dá sentido à história. A maior parte dos leitores da história cristã tem levado este aspecto em consideração. Os fatos não são um fim em si mesmos, ou em uma outra abordagem, os fatos históricos deixam de expressar o contexto de uma época e as variantes tais como política, economia e negócios estrangeiros deixam de ser importantes para a compreensão de um período, pois, a história tem que cumprir um desígnio, um propósito que foge às potencialidades humanas e se encontra na caprichosa (o termo bíblico é *zelosa*, cf. Êxodo 20, versículos 1 e 2) vontade de Deus.

Com a historiografia da Reforma não poderia ser diferente, como atesta o historiador luterano Lindberg, na passagem que se segue:

Em termos teológicos, há uma dimensão escatológica presente no trabalho com a história da Igreja porque a comunidade que está sendo estudada acredita viver entre o “agora” da atividade e promessa histórica de Jesus e o “ainda não” da realização plena do movimento de Jesus. O problema que isso coloca para o moderno método histórico é: como escrever uma história de algo que pretende

ocorrer na história mas também pretende ser o fim da história?¹

Este procedimento compromete as conclusões hauridas do significado da Reforma e suas consequências político-econômicas. É comum, por exemplo, que os historiadores do período centrem esforços na figura de Lutero, o mais famoso dentre os reformadores. No entanto, se os aspectos políticos da reforma luterana serão melhor analisados no capítulo 01 desta obra, o que esta introdução se dispõe a realizar é um esforço para situar a gênese do movimento reformado em momentos bastante anteriores a atuação de Martinho Lutero, assinalando com isto o cunho político assumido pela Reforma ou pela proto-Reforma, como os historiadores em geral costumam chamar o período.

Dentre os proto-reformadores podemos destacar dois nomes que ocupam lugar de destaque na gênese da história Reformada. São eles John Wyclif (1320/1330-1384) e Jan Hus (1371-1415). Wyclif foi professor na Universidade de Oxford onde à época envolveu-se com a discussão do século XIV a respeito da chamada “querela dos universais”. Ele era notadamente um realista em contraposição ao nominalismo e ataca a instituição pontifícia no momento do grande cisma entre os papas de Roma e de Avignon. Wyclif tem ainda a ousadia de atacar o sistema escravagista da sociedade feudal e preconizava que os cristãos deveriam ter em comum os seus bens materiais, como está indicado nos Atos dos Apóstolos, no início da Igreja. Por seu posicionamento crítico em

1 Lindberg, Carter. *As Reformas na Europa*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2001, p. 17.

relação a Roma e a primazia do bispo da igreja ocidental, ele foi considerado o “João Batista da Reforma”, ou seja, o seu precursor.

Já Jan Huss foi padre em Praga, e, em contato com as ideias de Wyclif, ao ler seus escritos, foi por elas influenciado. Hus anuncia em 1402 que a Igreja deveria passar por uma Reforma. Quando o Concílio de Constança², em 1415 condena os escritos de Wyclif, Hus é preso e condenado à fogueira, tornando-se o primeiro mártir da Reforma que ainda estava por vir. Estes fatos, vistos isoladamente, podem sugerir apenas uma revolta de religiosos insatisfeitos com a instituição eclesiástica. No entanto, um olhar mais atento sobre a história da época revelará que, a quase impossível separação entre a igreja e Estado fará com que os movimentos nascidos no interior da Igreja tenham necessariamente um teor político, ou como ilustrava Lutero, há a coexistência das duas espadas (divina e humana) no exercício do poder temporal.

A Igreja, palco das ações da Reforma, sejam elas no plano teológico ou de fundo político, tinha um caráter absoluto:

Ela é católica, isto é universal, acima de todas as pátrias [...] ela é uma instituição divina, uma revelação perfeita. É o Reino de Deus sobre a Terra. Seu che-

- 2 Neste Concílio se reafirma que a Eucaristia não poderia ser celebrada em “*sub utraque*”, isto é, nas duas espécies (pão e vinho) por todos os fiéis, restando ao clérigo o privilégio do sangue (tomar o vinho). Os paroquianos de Hus celebravam a Eucaristia nas duas espécies numa clara demonstração de indiferença e rejeição aos dogmas eclesiásticos.

fe, o Papa, é o próprio representante de Deus. A ela deve-se a obediência absoluta.³

Desafiar a Igreja, era a um só tempo, desafiar também o poder político: “quem quer que ensine o povo a questionar o papa também irá levá-lo, irresistivelmente, a questionar o rei”, afirmava o sociólogo francês Louis Blanc no século XIX⁴. Neste contexto, é possível encontrar as origens da teoria política vigente nos Estados Protestantes do século XVI nas raízes lançadas pelo pensamento medieval, cuja leitura parece ter sido acompanhada por reformadores importantes como Lutero e Calvino.

O período medieval é marcado por múltiplas interpretações. A intelectualidade dessa época é também algo precioso que não se pode perder de vista e que, a seu modo, irá influenciar o desenvolvimento do pensamento Reformado. Na Idade Média encontramos um importante momento de fundação das universidades. As instituições universitárias foram a concretização de um anseio de normatizar o estudo da filosofia e da teologia, como observa Gilson:

É impossível não só representar com precisão o meio no qual a escolástica se desenvolveu, mas até compreender o simples relato da carreira de um filósofo medieval, se não se conhecer a organização do ensino filosófico e teológico no século XIII⁵

A palavra universidade, como assinala Gilson, não designa a princípio uma instituição que congrega faculdades diversas em

3 Viénot, John. *Histoire de la Réforme Française: des origines à l'Édit de Nantes*. Paris: Librairie Fischbacher, 1926, p. 111.

4 citado por Lindberg, Carter. *As Reformas na Europa*. *op. cit.*, p. 31.

5 Gilson, Etienne. *A Filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 482.

um mesmo lugar fixo, mas sim, um grupo de pessoas (estudantes e mestres) que se dispõem a estudar, de maneira ordenada, um determinado ramo do saber. Dessa forma, embora a palavra “*Universitas*” tenha sido usada anteriormente, a primeira universidade a ser organizada nos termos que hoje conhecemos foi a Universidade de Bolonha⁶, tendo recebido o curso de Teologia em 1352.

Alguns anos antes do surgimento da Reforma Protestante, a Espanha inaugura um importante centro de reflexão de estudos filosóficos e teológicos, que se torna na Universidade de Alcalá, iniciada em 1478 e concluída em seu projeto final em 1508, sob a regência Francisco Ximenez de Cisneros, conselheiro de Isabel, a Católica, e editor da Bíblia conhecida pelo nome de Poliglota Complutense, que era uma edição de estudos cotejada pelas diferentes versões do texto bíblico disponíveis à época.

A menção a estas iniciativas universitárias se justifica porque a Reforma Protestante tem sua origem no academicismo de seus idealizadores. Lutero, Calvino, Zwínglio, entre outros, são destacados estudiosos dos textos bíblicos, fato este que iria a um tempo facilitar e dificultar a absorção das ideias Reformadas. Facilitar porque mostraria a coerência pretendida pelos Reformadores com o texto das Sagradas Escrituras e, ao mesmo tempo, dificultar, uma vez que o público ao qual se dirigiria a mensagem Reformada não estaria suficientemente preparado para compreender o que diziam os precursores da Reforma. A questão que

6 Embora a fundação da Universidade de Bolonha marque a instituição mais antiga no gênero, a Universidade de Paris ficou notadamente conhecida como a mais importante universidade medieval. As razões para isto estão alegadas no livro de Etienne Gilson, *op. cit.*, p. 484 ss.

se impõe é: como, num ambiente de profunda observância aos princípios dogmáticos, sejam eles religiosos ou políticos, que era o ambiente das universidades, pôde despertar um espírito crítico à própria constituição do Estado e à infalibilidade do poder real, que era quase sempre remetido ao dogma da infalibilidade papal?

A resposta a esta pergunta implicará em um trajeto ora sinuoso, ora ousado no plano da discussão da formação do Estado Reformado em suas origens. Mais bem definida, a pergunta a que se propõe esta tese seria como, a partir de um berço tão generoso e, guardados os riscos de um certo anacronismo, tão elitizado, pôde surgir uma teoria da resistência ao poder civil, uma vez que as origens do pensamento Reformado remetem quase sempre a ambientes tão dóceis e obedientes à tradição?

Na verdade, a aliança entre a Reforma e a Política data desde antes mesmo da fundação da primeira. No século xv, o italiano Jerônimo Savonarola, inicialmente um padre pouco conhecido, acabou por atrair a atenção de Lorenzo, o Magnífico, uma vez que seus sermões impressionaram Pico della Mirandola. O pregador Savonarola impressionou Florença e sua oratória causava grande movimento na cidade: “o novo tipo de pregação de Savonarola, durante a qual o povo caía em êxtase e chorava, ergueu uma tempestade em Florença”.⁷

Quando, em 1492, Lorenzo estava à morte, mandou chamar Savonarola que, para dar-lhe a absolvição, impôs três condições: que se arrependesse verdadeiramente, que devolvesse toda a riqueza mal adquirida e que renunciasse, em nome dos Médici, a

7 Bronowski, J. e Mazlish, Bruce. *A Tradição Intelectual do Ocidente*. Lisboa: Edições 70, p. 94.